

## 2

### O poder

Quando falamos em poder, é quase instintiva a identificação que fazemos dele com o Estado. O poder é visto pelo senso comum como algo imanente a qualquer instituição que tenha como principais características os exercícios de ordenação e de controle sociais. Porém, ao analisá-lo como objeto e tendo em vista a teoria de Michel Foucault, percebemos que o poder não se encontra restrito a um *locus* como o Estado. O poder não está fechado em compartimentos-estanques e nem se irradia apenas a partir deles. Tampouco o poder é uma ferramenta utilizada exclusivamente por um soberano.

É óbvio que indivíduos representantes do poder, que se encontram nos âmbitos da política e da segurança exercem poder.<sup>8</sup> A questão é que o poder não emana de tais indivíduos. A irradiação do poder é simbólica, assim como sua transferência. Há que se incluir aqui uma terceira instância que exerce poder, formada pelos dignitários religiosos<sup>9</sup>, apesar da separação entre as igrejas, considerando a existência de diversos ramos que se difundiram a partir do catolicismo- e Estados.

---

<sup>8</sup> Poder chamado de “Violência Jurídico-Política”, segundo Karl Marx; poder emanado da Superestrutura, composta pela Estrutura Jurídico-Política (Estado, direito) e a Ideologia (a política, a religião e os conceitos morais de uma determinada sociedade). ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos de Estado ; nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado*. 6. ed. - Rio de Janeiro : Graal, 1992.

<sup>8</sup> Por exemplo, as instituições religiosas também exercem poder. As religiões ocupam um espaço relevante na formação dos indivíduos; As religiões têm um arcabouço formado por um conjunto de saberes, baseados em metafísica, relacionados ao passado e ao devir dos homens, e esses saberes têm um peso considerável na sociedade, vide a postura de diversas religiões diante de questões científicas polêmicas como controle de natalidade, eutanásia, experiências no ramo da genética, bem como diante de questões de ordem jurídica como pena de morte e redução da maioria penal.

O poder é igualmente exercido, e em contrapartida sofrido, por grupos que se encontram à margem dos Estados como, por exemplo, aqueles formados por paramilitares, narcotraficantes, guerrilheiros, máfias, entre outros. O poder, de acordo com Michel Foucault, ultrapassa e complementa o Estado: é algo que circula. E que por circular é exercido em rede:

(...) os indivíduos não só circulam (nas malhas do poder) mas estão sempre em posição de exercer esse poder e de sofrer sua ação; nunca são o alvo inerte ou consentido do poder, são sempre centros de transmissão. O indivíduo não é o outro do poder: é um de seus primeiros efeitos.<sup>10</sup>

Com isso, o poder pode ser igualmente considerado como uma prática social.

A idéia de que o poder não é um objeto, no sentido de não ter características que tornem sua posse viável, também é parte da tese de Foucault: “O poder não existe; existem sim práticas ou relações de poder. Não é um objeto, uma coisa, mas uma relação.” (MACHADO, 2007: XIV).

Tendo em vista esses conceitos sobre o poder, o que pretendo neste trabalho é fazer uma breve análise das relações de poder entre os indivíduos no cotidiano da sociedade portuguesa do período salazarista. Não somente sobre as relações de poder que saltam aos olhos, as óbvias, de fácil reconhecimento, mas também sobre aquelas que se manifestam de um modo por vezes bastante sutil (relações a que Foucault chama de capilares). As relações de poder entre as personagens do romance *Balada da Praia dos Cães*, de autoria de José Cardoso Pires, serão o objeto da análise.

O autor viveu durante a ditadura de Salazar e teve a oportunidade de presenciar e de sofrer os efeitos dos poderes que se espalham pela sociedade num regime de exceção. O romance não é autobiográfico, mas a voz de Cardoso Pires se faz presente na narrativa, sobrepondo-se às vozes do narrador, das personagens e na assinatura do autor, que aparece como referência, em abreviatura, “J.C.P.”, em alguns trechos (embora não seja o autor propriamente dito a se manifestar: trata-se de outra categoria, que no âmbito da narrativa, é a mais importante).

As relações de poder entre as personagens constituem o compasso dessa balada composta por Cardoso Pires- ou dessa canção dissertada da música real, já

---

<sup>10</sup> (FOUCAULT, 1976: 184).

que o autor parecia se deliciar ao brincar com as formas e com as estruturas literárias; José Cardoso Pires parecia divertir-se com um manuseio de cânones.

Mas essa forma de lidar com os cânones literários não diminui de modo algum o grau de seriedade do discurso do autor. Em primeiro lugar, porque a brincadeira e o uso do humor são, há séculos, conhecidas ferramentas de crítica. Na Idade Média, o riso era considerado subversivo (porque perigoso: rir é uma forma de questionar, de desafiar). De acordo com a teologia da época, Jesus Cristo não teria rido uma única vez em sua vida e, portanto, o riso seria um comportamento impróprio, já que Jesus Cristo era o modelo no qual os homens deveriam se espelhar. Com isso, as imagens e textos humorísticos eram interditos pela igreja. Entretanto, o único animal que ri, segundo Aristóteles, sempre encontrou formas de burlar os códigos estabelecidos e sempre o fazia, por exemplo, nas festas populares. Ainda na Idade Média, emergiu a notória figura do Bobo da Corte que, travestido de figura cômica, atuava como um cronista das mazelas de sua sociedade, notadamente, a sociedade cortesã. Os Bobos da Corte eram “trocistas institucionalizados, numa sociedade onde era difícil a censura ao chefe de uma unidade política.” (CRUZ, 2006: pp. 14-15).

Não é preciso dizer que José Cardoso Pires não tinha o objetivo de ser um “Bobo da Corte” da sociedade portuguesa, o que seria um absurdo, mas é evidente a presença do humor em seus textos.

Em segundo lugar, a seriedade da escrita de José Cardoso Pires não se abate com o uso do humor porque só o virtuosismo permite que se brinque com a arte. José Cardoso Pires só era capaz de “brincar” com o texto sem se desviar de seus sérios propósitos, de seu compromisso com a arte e com a sociedade, porque tinha grande habilidade de escrita e vasto conhecimento de Teoria da Literatura. Diz-se do jogador habilidoso: “Ele brinca com a bola”. Diz-se do músico habilidoso: “Ele brinca com o piano”. A palavra brincar nessas orações significa que o jogador e o músico são tão bons em suas respectivas artes- tanto sabem- que são capazes de fazer “tudo”; são capazes de ir além dos pressupostos limites de suas artes ou de seus ofícios. O mesmo é válido para a Literatura: José Cardoso Pires tanto sabia, que era capaz de aumentar a plasticidade da escrita. Está também embutida no sentido da palavra brincar a capacidade de quebrar limites sem esforços, porque quanto mais se sabe, menos esforços são necessários para se realizar uma determinada tarefa. Vejo ainda uma terceira conotação: criatividade.

Brincar, para o artista habilidoso, é sinônimo de criar. Ao brincar, o virtuose dá à sua arte uma dimensão que ela não tinha anteriormente.

Os objetos do trabalho serão, portanto, as relações de poder entre o major Dantas C. e seus companheiros (Mena, Arquiteto Fontenova e Cabo Barroca) e entre o investigador da Polícia Judiciária Elias e Mena. Para fechar o trabalho, disserto, em tom de brincadeira (aquém do talento possuído pelo autor para esse tipo de jogo) sobre as relações de poder entre Cardoso Pires e o leitor de seus romances.

## 2.1.

### Conceito de ditadura e o Salazarismo

O poder não produz somente efeitos negativos, como a exclusão, a repressão, o recalque, a censura, a abstração, mas também efeitos positivos: “ele produz real; produz domínios de objetos e rituais de verdade.”<sup>11</sup> Por exemplo, não seria possível, de acordo com Machado, a manutenção de um sistema de poder como o capitalismo se o mesmo se baseasse apenas na repressão. Grosso modo, essa é a teoria do poder em Michel Foucault.

Apesar do poder ser capaz de construir, seus efeitos negativos são graves e marcantes, e talvez, por isso, a associação imediata de poder com destruição seja feita de um modo quase instintivo pelo senso comum. Em determinadas épocas e contextos históricos, os efeitos negativos do poder parecem ampliar-se, como, por exemplo, nas ditaduras.

As ditaduras são regimes políticos de exceção que podem vigorar por períodos mais ou menos longos. O fenômeno da ditadura, de acordo com Arnaldo Spindel, teria aparecido primeiramente em Roma. A ditadura no Império Romano era uma figura de direito, ou seja, um mecanismo legal através do qual se nomeava um indivíduo que assumia o posto de comando e que se encarregava de restituir o equilíbrio do Estado quando este se encontrava mergulhado em situações caóticas como revoltas intestinas e guerras. Tal indivíduo era investido de um poder meramente executivo e, tão logo o equilíbrio sócio-político fosse restabelecido, abandonava o posto, voltando o poder para as mãos dos mandatários originais. Entretanto, em diversas ocasiões, alguns indivíduos não só prolongavam sua gestão- que se tornava vitalícia-, à força, como legislavam, modificando as estruturas jurídicas do Estado. Em casos como esses, o ditador recebia o nome de tirano e, conseqüentemente, esta forma de governo passou a ser conhecida como tirania.

O poder exercido por um ditador não emana somente dele, mas da classe social que ele representa (aqui temos uma postulação coincidente com a de Michel Foucault, no que concerne à circularidade e à utopia da emanção do poder- no

---

<sup>11</sup> Op. Cit.,p. 196.

sentido de *utopos*, não lugar, isto é, o poder não emana de um só lugar). Em termos de Estado moderno, pode-se dizer que o poder de um ditador emana da burguesia.<sup>12</sup> Esse poder também não é algo ilimitado: ele tem como limite os interesses da classe que o ditador representa, interesses econômicos, em sua maioria. Portanto, segundo Arnaldo Spindel, seria um erro “afirmar que a ditadura é o ditador”<sup>13</sup>. Esse conceito equivocado, que funde a figura do representante do sistema de governo- ou sua peça- com o todo da máquina governamental, teria surgido nas ditaduras nazi-fascistas, nas quais a propaganda teria sido responsável pela construção de uma imagem que identificava o governo e até mesmo a nação governada com o governante (ao ponto de fazer de ambos uma só coisa): o ditador tornou-se um ícone do regime. Podemos citar como exemplos Adolf Hitler (Alemanha), Benito Mussolini (Itália), Francisco Franco (Espanha), Josef Stalin (cuja política engendrou uma vertente do marxismo, o stalinismo) e António de Oliveira Salazar (Portugal).

Algumas características das ditaduras são: utilização massiva da propaganda, ampla utilização dos aparelhos de repressão (ou dos meios de violência jurídico-política de que o Estado dispõe); censura, seqüestros, torturas e assassinatos.

Há, segundo Arnaldo Spindel, dois tipos de ditadura: os regimes autoritários e os regimes totalitários. Os regimes autoritários seriam:

Regimes políticos ditatoriais onde as liberdades individuais encontram-se cerceadas em nome de um difuso conceito de segurança nacional. Eles não são, como os regimes totalitários, portadores de uma ideologia definida que serviria de base para a construção de uma nova sociedade e tampouco estão interessados numa grande mobilização popular que lhes dê suporte. (p. 36)

---

<sup>12</sup> “Triste realidade, a burguesia que acenava com os ideais democráticos como forma ideal de governo de uma sociedade (que fosse por ela controlada) acabou sempre recorrendo a ditadores para consolidar ou reforçar seus poderes ameaçados. A Revolução francesa, a grande incubadora dos ideais democráticos da burguesia, acabou por abrir espaço para o aparecimento de um ditador como Napoleão; na Inglaterra, da luta contra o rei Carlos I, pela ampliação dos direitos do Parlamento, surge o governo de Cromwell. Em nossos dias, é freqüente ver-se a burguesia preferir governos ditatoriais ao invés de democracias; citemos apenas o caso do Chile, pois a lista é por demais longa.” SPINDEL, A. *O Que São Ditaduras*. São Paulo: Brasiliense, 1981, pp. 11-12.

<sup>13</sup> Op. Cit, p. 8.

Neles, os partidos políticos são inexpressivos e o partido representante do governo vem a ser um mero apêndice do executivo.

Já os regimes totalitários têm uma proposição ideológica; propõem o estabelecimento de um novo modelo político. Existe neles, portanto, uma ideologia oficial que propõe a construção de uma nova sociedade, uma “sociedade perfeita”- e isso justifica os mecanismos repressivos postos em prática, que servem para “limpar” todo o resquício de “impureza” do passado. O Estado encontra-se doente e o regime ditatorial representa a cura. Uma “profilaxia estatal”, conforme teorizou Ricardo Piglia em *Três Propostas para o Próximo Milênio*. Os regimes autoritários tentam manter uma “fachada” democrática; nos totalitários, isso não ocorre. Nos regimes totalitários, o ditador é o líder máximo. O controle da vida econômica da nação é totalmente centralizado.

De modo geral, as ditaduras instalam-se a partir de um golpe, com a tomada do controle do Estado por um determinado setor da sociedade- constituído por civis ou por militares- e terminam com o restabelecimento da ordem política anterior, que pode se dar por vias diplomáticas ou através de um novo golpe, desta vez organizado por setores pertencentes à oposição (ou por uma composição que congregue setores do governo com os da oposição).

Como a diegese de *Balada da Praia dos Cães* se passa em 1960, em Portugal, e as personagens estão ligadas a um crime aparentemente político, creio que seja imprescindível uma breve exposição sobre a ditadura de Salazar.

A ditadura de Salazar (Estado Novo) foi uma das mais longas da Europa (1933- 1968)<sup>14</sup>. Centrada ao extremo na figura do ditador, a ditadura em Portugal, segundo Fernando Rosas<sup>15</sup>, formou-se a partir da conjunção de cinco correntes de direita, que o historiador chama de “As direitas de direita”. Dentre elas, destaca-se uma corrente de direita de feição tecnocrática, da qual surge António de Oliveira Salazar, marcada por uma ideologia neo-iluminista-tecnocrática. Essa corrente de direita, composta por engenheiros pretendia promover uma regeneração mental, econômica e política em Portugal.

---

<sup>14</sup> A ditadura continuou até abril de 1974, quando ocorreu a Revolução dos Cravos.

<sup>15</sup> ROSAS, F. As grandes propostas em confronto: republicanismo, autoritarismo e revolução social. 2.2.: As direitas da direita antiliberal. As cinco fontes do salazarismo. In: *Pensamento e Acção Política. Portugal, Século XX (1890-1976). Ensaio Histórico*. 1ª Ed. Lisboa: Editorial Notícias, 2004, p. 55-66.

O Estado Novo português, de acordo com Fernando Rosas, foi:

Uma ditadura fortemente personalizada num <<chefe>> incontestado, tutor paternal mas firme de um povo infantilizado e debilitado pela contaminação liberal, e tutor também desse permanente equilíbrio e arbitragem entre os vários interesses das classes dominantes (...) e as várias direitas da direita política. (pp. 85/86)

Fortemente personalizada porque foi extremamente centralizada na figura do chefe do governo. A ditadura salazarista foi, segundo Fernando Rosas, “indiscutivelmente uma das mais fortemente personalizadas ditaduras do século XX”<sup>16</sup> e essa singularidade aproxima o Estado Novo dos regimes totalitários.

Em *Balada da Praia dos Cães*, Salazar não aparece como personagem atuante, mas como uma espécie de “acessório”: um quadro com seu retrato é citado muitas vezes na narrativa. O quadro de Salazar funciona na narrativa como um signo de segundo grau, porque indica também momento: é um marco, além do temporal (1960), que simboliza a ditadura. Simboliza ainda a onipresença do ditador e sua identificação com o Estado (Ele é o Estado e o Estado observa o cidadão). Eis alguns exemplos: “Agora há aquele gabinete de polícia, com carpetes e mapas pesados a distanciá-los aos dois, agente e inspetor, e um retrato de Salazar na parede.”<sup>17</sup>

O comandante informa-se; e sabendo ao que vêm, leva Elias e o adjunto para uma sala de visitas que tem cus de granada a servir de cinzeiros e um retrato de Salazar ao lado do estandarte do quartel. (p. 34)

Durante o Estado Novo português, foi cassado o direito à greve, assim como foi instalada uma censura prévia aos jornais, livros, revistas, ao rádio, cinema e teatro. Os funcionários públicos passaram a ser selecionados sob um critério político- ideológico (principalmente os professores, que eram obrigados a fazer um juramento anticomunista). Foram criados um sistema de justiça política, baseado na polícia política, e órgãos de controle sob as atividades de lazer. Instalou-se um aparelho de propaganda e inculcação ideológica que visava criar um homem novo português e promoveu-se uma reforma da política colonial, que centralizou a gestão administrativa e financeira das colônias em Lisboa. Com isso,

---

<sup>16</sup> p.87

<sup>17</sup> *Balada da Praia dos Cães*, p. 16.

houve o retorno da idéia de que o português seria responsável por colonizar e evangelizar o Império, como quem cumpre uma missão, “na tradição dos nautas, santos e cavaleiros da expansão”<sup>18</sup>, de acordo com Fernando Rosas.

O Estado Novo português foi uma ditadura extremamente violenta, tanto em solo português, quanto nas colônias. O Estado chegou a construir prisões que lembravam os campos de concentração nacional-socialistas, como o Tarrafal, onde eram encerrados os prisioneiros políticos. Muitos morriam por causa das torturas e das terríveis condições a que eram submetidos.

A ditadura em Portugal durou 48 anos (incluindo o período marcellista). O que explica sua longevidade? Segundo Fernando Rosas, que chama essa longevidade do regime de “arte de saber durar salazarista”, Salazar conseguiu manter o controle político e soube manter a parcela mais significativa dos militares subordinada a ele, mesmo nos momentos mais críticos, seja “com o atavismo conservador dos seus comandos contra a <<ameaça da rua>>”, seja “com a retórica da <<unidade da Pátria>>, após o início da guerra colonial.”<sup>19</sup> Por outro lado, os movimentos de oposição, que chegaram a mobilizar contingentes expressivos de população, não tiveram a capacidade de mobilizar as forças armadas. Com isso, as crises mais graves, de 1945 e de 1958 não se converteram em crises revolucionárias.

Em 1968, Salazar afasta-se, por doença, do poder, e Marcello Caetano assume o governo até 1974, quando é deposto pelo golpe militar de 25 de abril. O golpe, segundo Fernando Rosas, foi a última revolução de esquerda europeia e um movimento de capitães: uma conspiração *sui generis* porque feita por oficiais intermédios quase sem apoio da oficialidade superior.

A participação dos oficiais intermédios demonstra que o poder não se restringe ao ditador e aos setores da sociedade que lhes são diretamente subordinados. O poder se espalha, ultrapassando os blocos ou setores governamentais e chega ao nível dos indivíduos (cidadãos), que o reproduzem, num movimento incessante.

---

<sup>18</sup> Op. Cit, p.90.

<sup>19</sup> Op. Cit, p.126

## 2.2

### As relações capilares de poder

Na *Balada da Praia dos Cães*, temos um cenário particular: uma ditadura, a salazarista. A diegese se passa ao longo de cinco meses: de abril, quando é encontrado um corpo numa praia<sup>20</sup>, a agosto de 1960, quando ocorre a reconstituição do crime que deu cabo da vida do tal homem achado na praia (por cães, daí o título do romance, supõe-se). O romance retoma também sequências anteriores a estas datas.

A ditadura é um estado político de exceção. Num estado político de exceção, costumam ocorrer o fomento de relações de poder e de batalhas cotidianas entre poderes e contra-poderes, pré-existentes nas sociedades em regime politicamente estável ou democráticas<sup>21</sup>. Nessa configuração política, entram em cena, ou atuam com uma frequência maior, figuras como os informantes e espões. São constituídas polícias especiais ligadas ao governo, como a PIDE, no exemplo português, com o intuito de reforçar e de ampliar o exercício da violência jurídico-política imanente ao Estado.

Durante um regime ditatorial, as relações de poder entre os indivíduos podem se tornar ainda mais acirradas do que normalmente já são. Uma grande violência, além da que é posta em prática pelas instituições oficiais de governo, é a delação; o estabelecimento de um clima de “caça às bruxas”. Esse clima panóptico de vigilância, distopia-projeto de Jeremy Bentham concretizado, segundo a tese de Michel Foucault, torna-se ostensivo em todos os setores da sociedade.

---

<sup>20</sup> A introdução ou aquilo que seria a introdução do romance começa com um laudo cadavérico.

<sup>21</sup> Levando-se em conta a tese de Foucault, de que essas relações de poder são características das sociedades e dos grupos humanos e, por isso, existem nos regimes democráticos. Tais relações teriam se tornado visíveis ou teriam se amplificado com o advento de algumas instituições como os hospitais, os hospícios, a administração pública, a polícia, a psiquiatria e com as novas configurações tomadas pelo exército, pelas prisões e pelas escolas (notadamente as técnicas e preparatórias), ou seja, com o avanço das técnicas, com a necessidade de esquadrihar a sociedade e de vigiar os indivíduos. Uma tática mais eficaz, menos trabalhosa e menos dispendiosa em termos econômicos do que as punições exemplares que consistiam no suplício e na posterior execução de condenados nos antigos regimes. O pulo do gato dessas técnicas de vigilância, tal como as conhecemos hoje, segundo Foucault, foi a concepção da prisão panóptica por Jeremy Bentham.

Um sentimento que move as delações é o medo que o indivíduo tem de ser visto como refratário ao sistema. Porém, há mais: há um componente perverso, que é o aflorar de certas paixões e de interesses pessoais movendo a vigilância e a delação, o que não é uma novidade surgida nas ditaduras modernas. Aconteceu durante a Inquisição, na Europa e em países do novo mundo (nas colônias americanas). Num momento posterior, ocorreu em França, com as *lettres de cachet*.

Segundo nota de António Fernando Cascais, um dos tradutores de *A Vida dos Homens Infames*, de Michel Foucault, as *lettres de cachet* eram denúncias epistolares feitas por súditos aos reis sobre sujeitos que se portavam de modo indesejável na sociedade. Esses documentos solicitavam a prisão ou o internamento desses indivíduos de comportamento exótico ou considerado perigoso, a quem Foucault chamou de “homens infames”<sup>22</sup>. A crueldade reside no fato de que as *lettres de cachet* eram um instrumento de Estado “posto ao alcance dos súditos”, que por sua vez “não se fizeram de rogados sempre que a eventual vulnerabilidade de um vizinho ou de um familiar desavindo dava azo a que sobre ele se pudesse exercer um despotismo de monarca.” (N. do Trad: p. 104).

O conceito de infâmia certamente chegou ao século XX com muitas modificações, mas não se extinguiu. Os delatores também não são figuras que ficaram no passado ou que só constam dos livros de história. Os meios de delação igualmente se modificaram- embora ainda sejam utilizadas as cartas, anônimas, de uns tempos para cá, ao contrário das *lettres de cachet* que pareciam ter um remetente. Na narrativa de *Balada da Praia dos Cães*, Mena, o cabo Barroca, o arquiteto Fontenova, o Major e outras personagens ligadas a eles são os infames perante a sociedade; são os subversivos que têm comportamento outsider. E os delatores são todos aqueles que foram à polícia contar o que viram ou o que ouviram a respeito deles.

Na *Balada*, os delatores figuram na galeria de personagens de segundo ou terceiro plano. No início das investigações, a personagem do pedreiro aparece como testemunha local e relata aos policiais ter visto uma mulher de seios nus aparecer na janela da casa onde ficava o esconderijo do major Dantas C. e de seus companheiros. O narrador lê a mente da personagem e também a mente do

---

<sup>22</sup> O tradutor cita Sade como vítima da instituição das *lettres de cachet* e Voltaire como usuário desse recurso.

jornalista que acompanha as investigações e que dirige perguntas ao pedreiro, demonstrando ao leitor que ele está com medo:

Entre o polícia e o escrevente, o pedreiro de olhos a crepitar muda o corpo dum pé para o outro como se estivesse num atoleiro. Marca passo no dito e no redito porque o que sabe confessou à luz da sua santa fé e pela saúde dos filhos que tem em casa. (p. 21).

E mais:

O homem põe-se outra vez a mudar de pé. Maldita a hora em que se lembrou de levar confidências à polícia, deve lamentar-se do fundo de sua ignorância de pobre diabo (admitindo que o pedreiro era assim tão pobre diabo como isso, duvida o repórter do *Diário da Manhã*: ninguém lhe tira da cabeça que está diante de um voyeur rural, uma espécie de abegão do marquês de Sade viciado em espreitar cenas do bosque). (p. 22)

Mais à frente, num trecho do romance que curiosamente não é numerado como capítulo- ele se encontra entre os capítulos V e VI e tudo indica que não faz parte do capítulo V; é similar a um apêndice- entre as páginas 142 e 146, a proprietária do apartamento que fora alugado pelo major Dantas C., onde ele se encontrava com Mena, decide ir à delegacia queixar-se do major- que já estava morto naquela altura. Essa queixa revela outra face do ato de delatar: a necessidade - que também é uma expectativa, já que pode não acontecer- que alguns indivíduos têm de estar ligados a um acontecimento notório e de tirar alguma vantagem disso. O crime foi divulgado em todos os jornais, tornando-se um fato público. Além da “fama”, tais indivíduos anseiam por alguma compensação econômica ou, de outra natureza: um prêmio qualquer pelo colaboracionismo.

Há ainda a questão do poder: o delator sente-se poderoso ao interferir no destino de outra pessoa, como um deus. No depoimento, a “galinheira proprietária e cristã” (título debochado dado a esse trecho da narrativa) conta que foi lesada pelo major, que abandonou o imóvel antes do termo do contrato, sem aviso prévio e sem pagamento de taxas. Além disso, reclama de frases obscenas que foram riscadas nas portas e paredes internas. Conta que soube, através da arrumadeira, de orgias e de festas promovidas pelo seu inquilino <sup>23</sup>: “A galinheira é muito franca,

---

<sup>23</sup> A personagem em questão tem ligações com o major Dantas C.: é proprietária de um apartamento que foi alugado por ele e suas reclamações têm algum fundamento. De fato, as

uma parte do que sabe chegou-lhe ao conhecimento por via da porteira, outra pelo irmão da mesma que lhe faz as cobranças de mercado.” (p. 144).

A proprietária não está só, há outros que vigiam- todos são vigilantes- e que são responsáveis pela circulação das informações (o poder exercido em rede)- como a telefonista, que vivia no mesmo andar do casal. Sobre as porteiras, pensa Elias ou o narrador que se cola a ele <sup>24</sup>:

As porteiras, oh que ouvidinhos. Oh que línguas de platina. Muitas, casadas com polícias, são polícias também por comunhão de bens; outras, abelheiras de casa em casa, rebuscam nas limpezas armazenando segredos; mas quase todas camponesas, rafeiras à meia porta, mui domésticas. Ao pobre viram o dente, ao rico abanam o rabo. Que encomendas, as porteiras. (p.144).

No capítulo 3, encontramos a transcrição do relato de um barman de 1<sup>a</sup> classe, do Hotel Continental, em Estoril, sobre uma conversa que ouviu a respeito do crime da praia do mastro. Nessa conversa, dois homens falavam sobre o pai de Mena. Como Mena era uma das suspeitas de ter participado do crime- sabia-se disso por conta das notícias veiculadas nos jornais-, o barman achou por bem relatar o que ouviu à polícia.

O delator é uma figura vista com antipatia tanto pelas autoridades quanto por quem é vitimado com suas denúncias. Embora possa estar colaborando e, com isso, contribuindo para o andamento das investigações, o delator atua num campo que não é o seu: é alguém que atua como detetive não sendo um detetive, não tendo sido organicamente preparado para tal função. Da polícia, tolera-se uma “intromissão” nas vidas particulares em prol da segurança e do bem-estar coletivos.

---

paredes foram pichadas, ela não recebeu o aluguel etc. Entretanto, nota-se, a partir de uma série de detalhes narrados pelas múltiplas vozes presentes no livro- além da dela-, que os prejuízos que sofreu não foram o motor principal de seu depoimento. A personagem- é uma leitura possível- desejava, além de um possível ressarcimento, aparecer, colaborar com uma instância de poder e, com isso, exercer poder. Parece que desejava denegrir seu inquilino (a despeito dele estar morto), porque o comportamento dele feria suas convicções morais e religiosas, e também estar “de bem” com o poder.

<sup>24</sup> Nem sempre é possível identificar com segurança o narrador de *Balada da Praia dos Cães*.

O conjunto de delatores e de vigilantes, portanto, forma uma rede. Na Balada, José Cardoso Pires mostra a cidade de Lisboa cercada por uma rede de vigilância:

Mas atenção, aviso. Lisboa, esse vulto constelado de luzes frias do outro lado do rio é um animal sedentário que se estende a todo o país. É cinzento e finge paz. Atenção, *achtung*. Mesmo abatido pela chuva, atenção, porque circulam dentro dele mil filamentos vorazes, teias de brigadas de trânsito, esquadras da polícia, tocas de legionários, postos da GNR, e em cada estação dessas, caserna ou guichê, está a imagem oficial de Salazar e bem à vista também há filas de retratos de políticos que andam a monte. O perímetro da capital está todo minado por estes terminais, Lisboa é uma cidade contornada por um sibilar de antenas e por uma auréola de fotografias de malditos com o Mestre da Pátria a presidir. (p. 43)

Com esse trecho, José Cardoso Pires demonstra como uma sociedade que se encontra sob um regime de ditadura pode se aproximar de uma situação distópica como a que se vê em 1984, de George Orwell, uma sociedade onde nem as mínimas atitudes que possam quebrar a harmonia da estrutura social estabelecida passam despercebidas pelo *Big Brother*, porque todos são vigiados, o tempo todo. A questão da vigilância também faz parte do enredo do filme *Invasores de Corpos*<sup>25</sup>, só que de uma forma mais alegórica: o planeta Terra é invadido, sutilmente, da noite para o dia, por alienígenas que clonam as formas humanas. Esses clones só são humanos em seu aspecto exterior; em termos de humor, são extremamente frios. Aqueles que não foram clonados e que perceberam que algo errado se passava são obrigados a ocultar qualquer emoção que conote humanidade, de modo que possam escapar das garras dos invasores, que a tudo vigiam constantemente. O mínimo traço de emoção é prontamente denunciado pelos alienígenas-clones através de um terrível grito de alerta e do gesto de se apontar com o indicador, o gesto característico da delação.

As antenas que invadiram a cidade, os filamentos vorazes, o olho que tudo vê orwelliano e os clones extraterrenos que apontam são metáforas de uma mesma coisa: da vigilância. E parece não ser à toa que os agentes de vigilância são metaforizados como coisas não-humanas ou sobre-humanas (olhos, antenas,

---

<sup>25</sup> Baseado num romance de Jack Finney.

clones): a atitude de delatar é antípoda da solidariedade, característica humana, mecanismo necessário a uma boa sociabilidade.

Numa ditadura, o conceito de privacidade perde sua força. Apartamentos, quartos de hotel e bares, locais onde normalmente se pode ter uma conversa mais reservada tornam-se lugares devassados, porque sempre há alguém capaz de ouvir o que se diz e de denunciar o conteúdo da conversa caso ache que ela seja “subversiva”. As paredes criam realmente “ouvidos”, longe de qualquer paranóia<sup>26</sup>. Um “inocente” barman ou um porteiro podem ser virtuais delatores, não há sinais distintivos. O poder não é irradiado apenas pelas autoridades. Sobre isso, comenta Michel Foucault:

Mas quando penso na mecânica do poder, penso em sua forma capilar de existir, no ponto em que o poder encontra o nível dos indivíduos, atinge seus corpos, vem se inserir em seus gestos, suas atitudes, seus discursos, sua aprendizagem, sua vida quotidiana. (p. 131)

Essa transparência quase espectral lembra um dos aspectos mais terríficos da ditadura do Haiti, os *Tonton Macoute*, a polícia política do ditador François Duvalier, que andava à paisana e, por isso, infiltrava-se facilmente em qualquer lugar.<sup>27</sup> Com isso, o conceito de segurança também se abala, ou seja, locais seguros passam, no limite, a não existir, ou tornam-se raros, porque o poder está espalhado por toda a sociedade, em filamentos.

---

<sup>26</sup> Vide o filme *A Vida dos Outros* (*Das Leben der Anderen*, Alemanha, 2006), no qual a polícia do governo da Alemanha Oriental enche o apartamento de um dramaturgo com aparelhos de escuta por desconfiar que ele e sua esposa, que é atriz, exercem atividades subversivas.

<sup>27</sup> “(...) na significação mais antiga, a expressão designava o mago andarilho (...). Crianças mal comportadas ouvem da mãe a ameaça de serem levadas pelo tonton macoute, que nesse aspecto corresponde ao bicho-papão brasileiro. Foi por analogia que o nome passou a indicar os agentes que fazem desaparecer os inimigos do regime haitiano. A Religião do Medo: O Vodou. In: *Homem, Mito e Magia*, Vol 1. São Paulo: Ed. Três, 1974, p.8.